

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI

Câmara Municipal de Jaguapitã
Rua Amazonas nº 60 - Jaguapitã-PR
CNPJ: 01.724.513/0001-08

17/05/2023 15:49

Protocolo: 082/2023

Ros
Rosilene Cristina Ferreira
Assistente Legislativo

Reg: 047/2023



Projeto de lei: ____/2023

Ilmo.Sr.Marcelo Da Silva Quenupe
Senhores Vereadores

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da recuperação das vias públicas e calçamentos pelas prestadoras, permissionárias, concessionárias de serviços públicos e suas terceirizadas, no município de Jaguapitã, e dá outras providências.

Art. 1 - As prestadoras contratadas,permissionárias,as concessionarias de serviços públicos e suas terceirizadas que em razão de suas atividades operacionais,sejam,para instalação, manutenção ou reparos,danificarem passeios públicos,calçadas,pavimentos ou asfalto das vias públicas, ficam obrigadas a promoverem a recuperação do calçamento,recapeamento e asfaltamento,no prazo máximo de 15 dias após o término de seus serviços.

Art.2º - Ao realizar a recuperação da áreas referidas vias,as referidas empresas ficam obrigadas a fazê-lo observando a qualidade do material utilizado,que deve ser igual,ou superior em qualidade e durabilidade ao anteriormente utilizado,garantindo a adequada compactação do solo, recomposição da cobertura da superfície ou restaurar por substituições de revestimentos nas camadas, selagem e nivelamento da área com a via, restabelecendo as condições originais de segurança e conforto da via para usuários

Parágrafo único - A área a ser recuperada deve ter o dobro do tamanho da área afetada, visando garantir a maior durabilidade.

Art. 3º - Para garantir a segurança aos usuários e a durabilidade das obras de recuperação, o local das obras deve ser sinalizado desde o início das atitudes das referidas empresas até o término das obras de recuperação.

Art. 4º - o descumprimento desta obrigatoriedade acarretará em multa fixada em 50 UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL) e no caso de recidiva, será cobrada em dobro.

Art. 5º - Se a empresa não fizer o conserto, a prefeitura poderá fazer o mesmo e assim aplicar o valor gasto junto a multa fixada no artigo anterior.

Parágrafo Único - A aplicação das multas não exime as empresas referidas nesta lei, da obrigação de reparar as vias.

Art. 6º - Ficará sob a responsabilidade da secretaria municipal de Obras e urbanismo do município de jaguapitã, em fiscalizar a execução dos serviços realizados pelas empresas prestadoras de serviços.

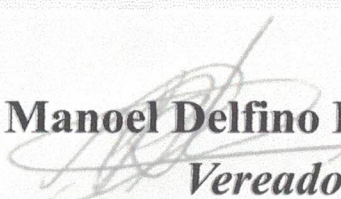
Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

Pois aqui em nosso município não temos esse tipo de problema, mas não sabemos o que virá no futuro então seria muito válido esse projeto para que não haja transtorno para nossa população.

Circular em vias públicas bem conservadas e seguras é direito do cidadão.

Conto com a apreciação de todos os nobres vereadores desta colenda casa de leis.


Manoel Delfino Rosa Neto
Vereador

JAGUAPITÃ, 16 DE MAIO DE 2023

*Li e entendi
o projeto
18/05/23
D*
